Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5000360-15.2010.8.21.0008/RS

AUTOR: INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO SAO ROBERTO S A
RÉU: CARTONAGEM TRES COROAS LTDA

SENTENÇA

Vistos, etc.

Cuida-se do processo de falência da Empresa **CARTONAGEM TRÊS COROAS LTDA.**, CNPJ nº 03.444.621/0001-52, oriundo da 4ª Vara Cível da comarca de Canoas/RS e remetido a este Juízo Especializado por força dos Atos 237/2025-CGJ e nº 238/2025-CGJ, conforme decisão do evento 70, DESPADEC1.

No caso em tela, a Administração Judicial apresentou o Relatório de Encerramento no evento 68, DOC2, na qual referiu que, com o decreto falimentar lançado, mediante sentença proferida em 11/10/2012, o feito prosseguiu em seu regular curso, mediante a nomeação de Administrador Judicial, tendo havido a publicação dos editais previstos na legislação falimentar; as declarações do Falido; informando, porém, que não foram encontrados bens passíveis de arrecadação, tendo sido relatado pela Administradora Judicial, nesse aspecto, que *"(…) a devedora já não estava mais em atividade há aproximadamente 10 anos no momento da decretação da falência, circunstância que impossibilitou a localização de seus registros contábeis, tendo sido apresentado o Relatório de Exposição Circunstanciada do artigo 22, III, 'e c/c art. 186 da Lei 11.101/05 indicando possível prática dos crimes falimentares previstos nos artigos 173 e 178 da Lei 11.101/05 (Evento 3, PROCJUDIC11, págs. 11-14), não tendo sido instaurado inquérito e que não houve o ajuizamento de ação de responsabilização dos sócios da falida (…)."*

A Administração Judicial aduziu, por fim, que o Quadro Geral de Credores restou consolidado e publicado no Órgão Oficial e não sofreu impugnações, não havendo questões ou mesmo incidentes pendentes de julgamento, e concluiu pela caracterização de uma *"falência frustrada"*, requerendo seu formal encerramento judicial.

O processo foi recebido por este Juízo, dando-se vista ao Ministério Público (evento 87, DESPADEC1), cujo douto Agente exarou o parecer exarado no evento 92, PROMOÇÃO1, opinando favoravelmente ao encerramento do processo de falência, salientando, contudo, que o encerramento da falência não extingue as obrigações não satisfeitas, subsistindo a responsabilidade da falida e de eventuais devedores solidários.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de processo falimentar no qual, consoante se vê do relatório final trazido pela Administração Judicial (Evento 68.2), não houve a arrecadação de quaisquer bens ou ativos para o acervo da Massa Falida, e tampouco habilitação de créditos, cuidando-se de falência "frustrada" ou "negativa".

De salientar, outrossim, que anteriormente ao advento da alteração legislativa da atual Lei falimentar pela Lei supramencionada (Lei nº 14.112/20), para os casos de falência negativa ou frustrada, aplicava-se, de forma analógica, a previsão contida no artigo 75 do antigo Decreto-Lei nº 7.661/45, nesse mesmo sentido, posição que vinha sendo igualmente ratificada pela jurisprudência iterativa dos Tribunais, na qual ao ser constatada a ausência de bens passíveis de arrecadação, ou sendo estes insuficientes para suprir os gastos e despesas mínimas da administração da Massa, tornava-se possível a extinção da execução coletiva para desfazer todas as pretensões perante o juízo da quebra, com base no princípio da universalidade, e havendo interesse dos credores e interessados que não receberam seus créditos, estes deviam socorrer-se de ação própria em face dos sócios a fim de reaver o que lhe é devido.

Esta lacuna, no entanto, restou suprida pela novel legislação, a qual, em seu artigo 114-A da Lei nº

11.101/05, redação dada pela Lei nº 14/112/2000, determina a prévia expedição de edital para dar ciência a credores quanto ao interesse no prosseguimento da falência mediante o depósito de caução a ser estipulada pelo Juízo.

No caso em tela, no entanto, em razão da inexistência de bens e ativos arrecadados para o âmbito da Massa, tendo sido frustradas todas as tentativas visando à localização de bens da Falida e ausente perspectiva de ingresso de recursos para a Massa e já tendo decorrido quase 14 (quatorze) anos desde o decreto falimentar, tenho por despicienda a publicação do aludido edital, porquanto a presente falência é anterior a alteração legislativa em comento, e, nesse contexto, nenhum resultado prático tal formalidade legal traria ao processo a esta altura.

Assim, impende o encerramento da falência, desde logo, nos termos das manifestações da Administração Judicial e do Ministério Público.

Salienta-se, ademais, que **n**a hipótese em tela, ausente instauração de procedimento criminal em face do sócio ou mesmo ajuizamento de ação de responsabilização, conforme relatado pela Administração Judicial, e vênia do parecer ministerial, tenho ser de rigor a extinção das obrigações do sócio falido, na forma do artigo 158, VI, da Lei nº 11.101/05, redação dada pela Lei nº 14.112/2020, aplicável ao caso concreto.

Sobre o ponto, e a fim de melhor ilustrar a questão, trago à colação a seguinte e recente ementa do e. TJRS, a qual segue *"in verbis"*:

> **APELAÇÃO CÍVEL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E *FALÊNCIA*. ENCERRAMENTO D A *FALÊNCIA*. *EXTINÇÃO* D A S *OBRIGAÇÕES* D O *FALIDO*. FRESH START**. O decreto de encerramento de *falência* após a apresentação do relatório final, sem oposições e em conformidade com o artigo 156 da Lei de *Falências*, prevê a possibilidade d e *extinção* das *obrigações* do *falido* concomitantemente. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível, Nº 50089595520208210019, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em: 14-12-2023)

Logo, com o Relatório Final previsto no artigo 155 da Lei nº 11.101/05 apresentado pela diligente Administradora Judicial (Evento 41), impõe-se, efetivamente, o encerramento do processo ao final pleiteado, por se tratar de falência frustrada, pleito que deve ser acolhido, desde logo, na medida em que a pretensão não teve qualquer oposição, seja de credores e/ou interessados, ou mesmo da ilustre Curadoria das Massas, e a manutenção do presente processo em tramitação, sem perspectiva de ingresso de novos recursos para o ativo da Massa, somente terá o condão de trazer mais ônus para o Estado e, portanto, não se mostra razoável, sem prejuízo da reabertura do processo para o caso de futura localização de eventuais bens e ativos.

Ante o exposto, **DECLARO ENCERRADA A FALÊNCIA** da Empresa **CARTONAGEM TRÊS COROAS LTDA.**, CNPJ nº 03.444.621/0001-52, na forma do artigo 156, *caput*, da Lei nº 11.101/2005.

Decreto, outrossim, a **EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO** , na forma do artigo 158, inciso VI, da já referida Lei Falimentar, redação dada pela Lei nº 14.112/2020.

Publique-se o edital de que trata o artigo 156, parágrafo único, do mesmo Diploma Legal supracitado;

Transitada em julgado:

a) comunique-se o encerramento da falência via correspondência eletrônica, à JUCIS/RS, assim como à Direção do Foro da Justiça do Trabalho (**Núcleo de Cooperação Judiciária TRT4**) e à Direção do Foro da Justiça Federal (**Núcleo de Cooperação Judiciária TRF4**), respectivamente, ambas nesta comarca (igualmente via *"e-mail"*); além do **Núcleo de Cooperação Judiciária do e. TJRS.**

b) **oficie-se**, ainda, à **Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil**, para a baixa da Falida no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do artigo 156, *caput*, da Lei nº 11.101/05, redação dada pela Lei nº 14.112/2020;

c) com base na decisão supra, fica o Sr Escrivão/Gestor Judiciário autorizado a dar baixa em todos os processos e incidentes apensados e/ou vinculados ao processo falimentar, já julgados, incluindo eventuais Incidentes de Classificação de Créditos Públicos, certificando-se o teor da presente decisão nos respectivos incidentes, caso ativos.

Publique-se; Registre-se; Intimem-se; inclusive, o Ministério Público, os interessados cadastrados nos autos, assim como as Fazendas Públicas da União, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Canoas/RS.

Oportunamente, nada mais sendo postulado e cumpridas as determinações supra, dê-se baixa

definitiva nos autos junto ao sistema.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 14/09/2026, às 17:57:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10114876392v2** e o código CRC **690593a6**.
